

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



CASTRO DE GUIFÕES (MATOSINHOS) – DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS AOS RESULTADOS PRELIMINARES DE UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Andreia Arezes¹, José Manuel Varela²

RESUMO

Neste texto pretendemos delinear o panorama da história da investigação no Castro de Guifões. Pretendemos, em paralelo, promover uma síntese do estado atual dos conhecimentos, incorporando os dados preliminares auferidos através da implementação de um Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia.

O sítio em análise localiza-se na margem esquerda do rio Leça, actualmente assoreado, mas cujas boas condições de navegabilidade são atestadas pelo menos até à época medieval. Perscrutado desde o século XIX, há muito lhe é reconhecido potencial de estudo, nomeadamente para a compreensão da Idade do Ferro e período romano no contexto regional em que se insere. Em 2016, e já no quadro do Projeto GUIFARQ, voltou a ser alvo de campanhas de escavação, sendo que os primeiros resultados reiteram os indícios de persistência da ocupação até à Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Castro de Guifões, Projecto, Investigação, Ocupação.

ABSTRACT

In this text we aim to outline the history of the investigation in Castro de Guifões. We also aim to present a summary of the current state of knowledge about the site, by incorporating the preliminary data obtained through the implementation of a Research Project in Archaeology.

The settlement is located on the left bank of river Leça, now silted, but whose good navigability conditions are attested at least until the medieval times. Object of attention since the nineteenth century, reveals potential for investigation, mainly for enabling the understanding of Iron Age and Roman period in the regional context where is inserted. In 2016, within the Project GUIFARQ, new excavations began, and the first results suggest the persistence of the occupation up to Late Antiquity.

Keywords: Castro de Guifões, Project, Investigation, Human occupation.

1. INTRODUÇÃO. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

O Castro de Guifões, também chamado de Monte Castelo de Guifões (CNS: 779), destaca-se numa paisagem hoje alterada e fortemente urbanizada. Aliás, as construções que, progressivamente, se foram assenhoreando de parte da área que lhe é afectada em muito contribuíram para o descaracterizar sem, contudo, conseguirem desvirtuar o reconhecimento do carácter estratégico que pauta a sua implan-

tação. Com efeito, o sítio ergue-se sobre o estuário do rio Leça (Almeida & Santos, 1975, p. 49; Varela, 2010, p. 108), um rio de caudal presentemente assoreado, coarctado e artificializado, mas outrora favorável à navegabilidade e, como tal, aproveitado e capitalizado. Ali fluíam as marés e também as embarcações que transportavam produtos oriundos de geografias mais ou menos distantes. Tal realidade foi sendo materialmente sugerida, por via de escavações arqueológicas ou de recolhas pontuais feitas

1. FLUP e CITCEM; andreia.arezes@gmail.com.

2. CMM; jose.varela@cm-matosinhos.pt.

ao sabor das circunstâncias, para os tempos finais da proto-história, período romano e Antiguidade Tardia. Todavia, há que sublinhar que nas fontes historiográficas os indicadores relativos à facilidade das movimentações fluviais desde o mar à área ocupada pelo Castro mantêm-se pelo menos até à segunda metade do século XV (Almeida & Santos, 1975, p. 50; 56; Varela, 2013, p. 75-76).

A importância intrínseca do curso fluvial adjacente, certamente imbrincado, de modo mais ou menos activo e directo, em redes de comércio, abastecimento e redistribuição, especialmente a nível regional, a par das condições favoráveis ao apontamento, configuram certamente factores indissociáveis da “longevidade” da ocupação no sítio.

Mas na verdade, e mesmo com o avanço da cronologia, o lugar não perdeu a sua capacidade de polarização, na medida em novas conjunturas continuaram a conferir-lhe relevo. Entre 1032 e 1152, o Castro (ou *Mons*) *Quifiones* aparece mencionado em quinze documentos medievais, sendo que, em treze deles, ocorre em articulação com a expressão “subtus” (Barroca, 2017, p. 207; 234). Na esteira da interpretação proposta por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1978, p. 25; Almeida, 1992, p. 372), termos como “subtus” ou mesmo “ad radicem”, recorrentemente associados a “[...] montes, alpes, castros e castelos [...]” são hoje considerados sem reservas como indicadores claros do fenómeno do *encastelamento* e, especificamente, da vigência de relações de dependência militar (e não apenas topográfica), entre espaços (Barroca, 2017, p. 202-203). A documentação medieval demonstra, portanto, a existência de um castelo ou estrutura fortificada no local (Barroca, 2017, p. 234-235); todavia, e à semelhança do que sucede com outros testemunhos que subsistiriam na acrópole do Castro, os vestígios arqueológicos com ele correlacionáveis não são, presentemente, detectáveis nem, conseqüentemente, acessíveis à interpretação (Barroca, 2017, p. 235; Varela, 2013, p. 78).

2. A “HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO” DEBRUÇADA SOBRE O CASTRO DE GUIFÕES

Referenciado nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela *et al.*, 2009, p. 429-430), o Castro de Guifões consta de um sítio há muito conhecido. É sabido que, cerca de dois séculos volvidos sobre a composição deste notável acervo, onde é feita menção ao achado de blocos pétreos talhados e cerâmica de construção

(Capela *et al.*, 2009, p. 430), viria a despertar o interesse de algumas figuras eminentes da arqueologia (Cleto & Varela, 1999, p. 1), uma disciplina então emergente e, um pouco por toda a Europa, “vinculada” aos nacionalismos em voga, sobretudo em razão da sua capacidade de produção de narrativas sobre o passado (Gomes, 2011, p. 118-119).

Foi em 1880 que Leite de Vasconcelos visitou pela primeira vez o Castro de Guifões, observando-lhe a configuração geral e os restos materiais visíveis. Na sequência de tal visita e das recolhas superficiais que concretizou, iniciou-se a troca de correspondência (e impressões) com Martins Sarmiento³ (Vasconcelos, 1898, p. 270-272). Sarmiento era já, por essa altura, uma personalidade de referência incontornável e com autoridade firmada no âmbito da investigação debruçada sobre os castros do noroeste (Vasconcelos, 1901, p. 30-31; Pimenta, 2005, p. 165); além do mais, e apesar do seu nome se encontrar associado especialmente às escavações dos povoados de Briteiros e Sabroso (Sarmiento, 1933, p. 22-35; Pimenta, 2005, p. 157; Silva, 2007, p. 17) dedicara já alguma atenção ao “estudo” deste mesmo sítio. Em que moldes? Em carta datada dos finais de Agosto de 1880, comprovava-se que Martins Sarmiento empreendeu uma sondagem algures na zona poente do topo do Castro, a qual lhe permitiu detectar, a escassa profundidade, as fundações de um número indeterminado de “casas” (Vasconcelos, 1901, p. 35). Mas nem os resultados auferidos com a pequena escavação, nem o facto de ter identificado outros vestígios em diferentes pontos da elevação⁴ (Vasconcelos, 1901, p. 35), o impulsionaram a dar continuidade aos trabalhos ali encetados.

3. Atente-se nas afirmações produzidas por Leite de Vasconcelos: “[...] Pelo que elle [Martins Sarmiento] e eu encontramos, vê-se que ha em Guifões, como em muitos outros castros, vestígios de duas civilizações: uma pré-romana, outra romana. A pre-romana revela-se não só no systema geral da povoação, mas no apparecimento de instrumentos da idade da pedra polida, e de fragmentos de vasos de barro com ornamentação muito simplez, em linhas curvas irregulares. A romana revela-se no apparecimento de telhas de rebordo, de ceramica marcada e de um pêsso de barro. [...]” (Vasconcelos, 1898, p. 270).

4. Na referida missiva, explana Martins Sarmiento: “[...] segue o caminho [...] e verá já alguns restos de construcções e uma calçada que o leva ao alto, onde terá de torcer á esquerda para se internar na corôa da fortaleza. Verá os taludes das muralhas e aqui e alli alguns fragmentos de barro, se houver terreno roçado, porque do contrario o mato é tão alto que pouco poderá vêr. [...]” (Vasconcelos, 1901, p. 35).

Note-se, porém, que há outras “explorações” atestadas no sítio. Uma delas, coordenada por Rocha Peixoto, resultou de uma solicitação do Gabinete de Geologia da Academia Polytechnica do Porto (Peixoto, 1907, p. 492-H). Todavia, os dados obtidos nunca viriam a ser publicados⁵. Relativamente às desencadeadas por Mendes Corrêa, também não se saldaram em significativa produção de conhecimentos: são sucintas as linhas que dedicou aos materiais, concretamente, às mós manuais e às produções cerâmicas (Corrêa, 1916, p. 335-336), assim como ao sítio que os gerou (Corrêa, 1924, p. 270; p. 296; Corrêa, 1928, p. 179).

Ao longo das décadas de 50 e 60 seria Joaquim Neves dos Santos a protagonizar as intervenções documentadas. O denominador comum a todas elas? A ocorrência de um conjunto de acções invasivas no sítio, que viriam a resultar na colocação a descoberto de diversos dispositivos (Santos, 1955, p. 18; Santos, 1962, p. 112). Uma dessas acções prendeu-se com o alargamento do caminho que ladeava o povoado a nascente, estabelecendo ligação com a ponte medieval. Neste âmbito, revelou-se possível visualizar alinhamentos com distintas configurações, a par dos troços de calçada(s) que posteriormente viriam a ser sinalizados na planta do Castro (Santos, 1955; Santos, 1962, p. 112; Varela, 2010, p. 110), e aos quais voltaremos a aludir. Mas, conforme se veio a verificar, tais elementos não foram os únicos a ser observados. A cota mais elevada, concretamente, no cume da elevação, identificaram-se estruturas de contorno circular, a par de uma imponente coluna e da base de uma construção que Neves dos Santos considerou monumental e que entendeu poder corresponder a um possível templo romano (Santos, 1955, p. 26; p. 46). De acordo com as descrições então promovidas (e que vão de encontro à previamente delineada por Serpa Pinto⁶), a referi-

5. As considerações de Rocha Peixoto a tal respeito são escassas, surgem como pano de fundo à polémica com Leite de Vasconcelos e apenas permitem intuir que foram concretizadas recolhas cerâmicas: “[Leite de Vasconcelos] Larga a pedir, directa e indirectamente, a mim e ao s. conselheiro José Fortes, que lhe dê eu a cacaria de Guifões para o Museu! Isto é hilariante [...]” (Peixoto, 1907, p. 492-H).

6. “[...] Ao cume do monte vai dar uma calçada, vendo-se na planura os camalhões de casas na maioria circulares (características dos castros a Norte do Douro) e pela encosta restos de construções defensivas aproveitando os acidentes do terreno [...]” (Pinto, 1927, p. 25).

da plataforma do Castro estaria inserida no seio de um perímetro muralhado, preparado em talude e de modo a capitalizar as inclinadas vertentes naturais⁷. Já a entrada surgiria a nascente, num ponto irradiador de percursos (Santos, 1955, p. 17). Presentemente, porém, assume-se como impraticável o cotejamento entre as observações de Neves dos Santos e a realidade arqueológica. Com efeito, a acrópole do sítio encontra-se completamente alterada. Os aterros depositados nos anos 70 para a construção do Clube de Caçadores e respectivo campo de tiro ocultaram os vestígios remanescentes. Não obstante, convém ressaltar que o alinhamento descontínuo da muralha é ainda discernível no levantamento topográfico efectuado pela Câmara Municipal de Matosinhos em 1944, ou seja, antes das fortes transformações a que a plataforma cimeira viria a ser sujeita.

Escassos anos após a edição da publicação acima citada (Santos, 1955), mais concretamente, nos inícios da década de 60, o espaço conhecido como “Campo da Ponte”, situado na base do Castro, muito próximo do curso final do Leça, foi igualmente afectado. Até então recoberto por pinhal e mato, foi desbravado e arroteado, com o objectivo de lhe ser conferido uso agrícola. Tais acções intrusivas trouxeram mais uma vez à luz antigos alinhamentos, razão justificativa do arranque de nova escavação conduzida por Neves dos Santos. Os trabalhos de campo viriam a revelar um conjunto dotado de vários compartimentos, e aparentemente associado a um pavimento lajeado exterior (Santos, 1962b, p. 137-139; Santos, 1995/1996, p. 22). Supostamente datável do Baixo Império (Cleto & Varela, 1999, p. 7), integrava no alçado de um dos compartimentos um bloco pétreo provido de uma suástica⁸ em relevo, que desde logo se julgou ter sido incorporado no quadro de uma reutilização ou reaproveitamento (Santos, 1963b, p. 137-138). E não deixou de suscitar interesse o facto de a laje que exhibia o referido

7. “[...] As muralhas que cercavam todo o vasto planalto eram, em grande parte, naturais, formadas por rochedos escarpados e ladeiras íngremes e dispostas [...] à volta do monte, [...] ao meio das suas encostas; as artificiais eram em talude e fortes muros de duas paredes sobrepostas [...]” (Santos, 1955, p. 17).

8. A identificação deste elemento levou J. Neves dos Santos a referir-se à estrutura que o exhibe como “edifício da suástica”. Note-se, em paralelo, que foram já vários os autores a mencioná-lo, a procurar interpretá-lo e a apontar-lhe cronologias e paralelos (Coimbra, 1996, p. 107-112).

motivo ter sido colocada em posição de destaque, concretamente, a escassos centímetros de uma “lareira de tijolo”, por seu turno assente sobre o piso térreo (Santos, 1963b, p. 137). Acresce notar o facto de, igualmente no espaço abarcado pelo “edifício”⁹, ter sido identificada, sob uma das divisões, parte de uma estrutura de contorno circular (Santos, 1995/1996, p. 22), que se presume poder ser correlacionada com um momento de ocupação mais antiga, eventualmente datável da Idade do Ferro.

Além das estruturas, a área em questão proporcionou a recolha de um sugestivo conjunto cerâmico, no âmbito do qual importa destacar um acervo de *Sigillatas Africanas Claras*, cujos exemplares decorados de fabrico D (a par das respectivas imitações) viriam a ser estudados e publicados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e pelo próprio Joaquim Neves dos Santos¹⁰ (Almeida & Santos, 1975, pp. 49-56). Cronologicamente inseríveis na segunda metade do século IV e primeiros decénios do V (Almeida & Santos, 1975, p. 50), sugerem a persistência da ocupação do Castro e, naturalmente, a manutenção das teias de contacto e comércio entre o noroeste peninsular e o norte de África em período tardio. Acresce referir, em paralelo, a detecção de fragmentos correlacionáveis com outras produções, designadamente, cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (pertencentes ao Grupo II), também designadas *Sigillatas Bracarenses Tardias* (Fernández & Morais, 2012, pp. 131-174), às quais se somam as cinzentas tardias e, claro, as cerâmicas ditas “comuns”. Neste último campo cabe mencionar os fragmentos com revestimento interno em vidrado de chumbo e, em especial, os almofarizes (Santos, 1963a, pp. 157-166; Varela & Morais, 2013).

Todavia, e apesar de, numa perspectiva geral, os vestígios descobertos no “Campo da Ponte” deno-

9. Acerca do “estranho edifício”, diz Neves dos Santos tratar-se de um: “[...] local com características próprias dum «santuário» do culto funerário com rito do fogo [...]” (Santos, 1963b, p. 137).

10. Ressalve-se que na publicação em causa são igualmente apresentados fragmentos recuperados quer no quadro dos diversos trabalhos invasivos a que o Castro foi sujeito, quer no quadro de recolhas superficiais. Neste sentido, constata-se que, apesar da relevância do conjunto e do facto de, à época, ser entendido como especialmente significativo no contexto do norte de Portugal (Almeida & Santos, 1975, p. 50), não é de todo possível aferir a proveniência destes materiais.

tarem evidente potencial de estudo, são muitas as dúvidas por esclarecer a seu respeito. Começamos por salientar que o “edifício” se encontra hoje inacessível. Encerrado numa propriedade privada, foi entretanto aterrado e parcialmente recoberto por novas construções. Uma delas, preparada com blocos graníticos facetados, provavelmente resultantes do desmantelamento de alguma(s) estrutura(s) existente(s) nas imediações, marca, aliás, o limite físico entre terrenos: concretamente, entre o que foi intervencionado nos inícios da década de 60 do século XX e aquele onde, presentemente, o Projecto GUIFARQ desenvolve trabalhos arqueológicos no âmbito de um Plano de Investigação Plurianual em Arqueologia.

Note-se, porém, que a impossibilidade de visualização directa está longe de constituir a única dificuldade a apontar. O facto de não existir um relatório da escavação empreendida é um problema incontornável¹¹. Na verdade, subsistem notas manuscritas, a par de algumas fotografias referentes à intervenção, porém insuficientes e de complexa interpretação. Além do mais, a própria planta presentemente conhecida foi publicada postumamente ao falecimento de Joaquim Neves dos Santos (Santos, 1995-1996, p. 22; Varela, 2010, p. 143), deixando por esclarecer uma série de interrogações¹². Vejam-se, como exemplo de um ponto insuficientemente explicado, as indicações alusivas à “galeria de entrada da necrópole” e à própria “necrópole”, sugestivas da presença de indícios compatíveis com a existência de uma área funerária¹³. Todavia, as observações que o autor promove a este respeito não se afiguram conclusivas; pelo contrário, suscitam óbvias reser-

11. Note-se que, em nota de rodapé do artigo de 1975, já citado, se afirma que o relatório dos trabalhos se encontra em fase de preparação, destinando-se a ulterior publicação (Almeida & Santos, 1975, p. 50).

12. Na versão original da planta figuram alguns apontamentos. Entre eles contam-se os fixados no canto superior esquerdo: “ver descrição geral e nota dos achados no diário dos trabalhos” (Varela, 2010, p. 143).

13. Importa mencionar, a propósito de vestígios funerários, que também Guilherme Felgueiras refere o achado de ossos incinerados no interior de uma ânfora (Felgueiras, 1958, p. 10), o que prenuncia a vigência deste tipo de prática de enterramento no Castro. Décadas antes, por seu turno, Serpa Pinto aludia à presença de um sepulcro procedente do local no Museu Municipal do Porto (Pinto, 1927, p. 25).

vas¹⁴. Acresce sublinhar que também as proporções fixadas para os alinhamentos revelam manifestos problemas de fundo: com efeito, a espessura das paredes do “edifício” é equiparável à dos restos da antiga muralha. Ora, as dúbias propostas de interpretação (inclusive no que concerne à cronologia e classificação de certos materiais), assim como as modalidades de registo adoptadas, configuram o produto de algumas debilidades, sendo que, por exemplo, o facto de não ter sido implementada uma metodologia assente na análise estratigráfica, explica a inexistência de um contexto preciso para os materiais exumados.

Constata-se, neste sentido, que o espaço em questão, assim como o sítio em geral, têm vindo a proporcionar elementos que prenunciam uma ocupação longa, fecunda e com notório potencial de investigação. Aliás, o Castro de Guifões é reconhecido como uma estação dotada de inegável importância no território em que se insere. Contudo, não só é evidente que continua insuficientemente estudada como, em paralelo, que a área por ela abarcada foi profundamente alterada e descaracterizada nas últimas décadas. Na verdade, nem a classificação como Imóvel de Interesse Público em 1971 (Varela, 2010, p. 108) impediu que o Castro de Guifões continuasse a ser sujeito ao avanço da construção, concernente sobretudo a casas de habitação, em grande medida não licenciada. E, em conformidade com o que tivemos já oportunidade de explicitar, também a acrópole foi transformada, recebendo os aterros que precederam a preparação do Clube de Caçadores. Não é de excluir, além do mais, que o processo tenha implicado não apenas a ocultação, mas também a destruição efectiva de níveis estratigráficos ou mesmo de estruturas. Por último, mas não menos significativo, há que aludir ainda à acção clandestina dos “escavadores” que, talvez seduzidos pela miragem de achados “preciosos”, foram pontualmente

14. “[...] A grande quantidade de cerâmica tipicamente funerária, como lucernas, vasos de prováveis libações, olas cinerárias, etc., e 2 vasos de cerâmica tipo ibérica de grande valor [...], parece afirmar-nos que se tratava provavelmente de um jazigo de família, isto é; uma espécie de COLVMBARIVM, que entre nós remonta a uma grande antiguidade. Nesta câmara sepulcral, não foram encontrados quaisquer vestígios de ossadas, mas as cinzas eram frequentes, misturadas com a numerosa e variada cerâmica e alguma vidraria de acentuado carácter necrolátrico de incineração. [...]” (Santos, 1963b, p.141).

revolvendo o terreno e interferindo na estratificação arqueológica.

As perturbações e/ou vazios de conhecimento configuram, portanto, uma constante na história do sítio. E, note-se, os trabalhos documentados para os anos 80 não acrescentaram informações de vulto ao já aferido. Coordenados por Eduardo Jorge Silva, docente da Universidade Portucalense, implicaram a realização de prospecções no terreno e a subsequente recolha de alguns materiais patentes a nível superficial, que mais tarde haveriam de integrar uma pequena exposição dedicada à arqueologia do concelho de Matosinhos. Contudo, e apesar destas acções subjazerem a propósitos mais alargados de estudo, estes não viriam a concretizar-se.

Cabe-nos ainda mencionar os resultados granjeados aquando do acompanhamento executado em 2011, no âmbito da remodelação da rede de água e saneamento, com incidência na Rua Ponte de Guifões. Este eixo, ao qual Neves dos Santos se refere como “Via Norte” (Santos, 1955, p. 17-18; Varela, 2010, p. 110), estende-se no sentido nascente-poente, circunda o Castro pela encosta Norte e prolonga-se até à velha ponte medieval (desmoronada no Inverno de 1979). Nele foram detectados tramos de uma calçada que exhibe diferentes técnicas de pavimentação (Xavier & Barra, 2012, p. 41-44), consubstanciando, portanto, um dispositivo de datação problemática. É certo que Neves dos Santos considerou como romanas as parcelas por si observadas¹⁵ (Santos, 1955; Varela, 2010, p. 110), mas no âmbito do acompanhamento de 2011 não foi avançada uma cronologia consonante para integrar os achados. Com efeito propôs-se, para os três lanços identificados na Rua Ponte de Guifões, um enquadramento em época Moderna¹⁶ (Xavier & Barra, 2012, p. 105-106; p. 139-

15. Conforme atestado pelos apontamentos observáveis na planta que elaborou (Santos, 1955; Varela, 2010, p. 110). Contudo, há que atentar na descrição que promove: “[...] Na Via Norte [...] existiam muitos e extensos lanços dessas calçadas que eram construídas com as pedras quase no estado em que a natureza as deu e colocadas sem simetria, apenas com o piso mais ou menos plano. [...]” (Santos, 1955, p. 18).

16. As responsáveis pela intervenção, ressaltam, porém, a possibilidade de o traçado poder recuar a um período consideravelmente mais antigo. Acrescentam, em paralelo, que os materiais encontrados na área (designadamente, faiança e vidros contemporâneos), deverão proceder do aterro depositado aquando da preparação da rua actual (Xavier & Barra, 2012, p. 26).

-141) e, para os troços da Travessa do Monte Castelo, no período Moderno/Contemporâneo (Xavier & Barra, 2012, p. 107-108; p. 143-145). Há que sublinhar, a propósito, que as acções mecânicas invasivas foram suspensas à medida que as diferentes (e descontínuas) parcelas iam sendo colocadas a descoberto; depois de limpas, registadas e de estabelecido o imperativo da as preservar, foram novamente recobertas, desta feita com manta geotêxtil e saibro (Xavier & Barra, 2012, p. 32). No entanto, e pese embora a conservação, levantamento e implantação dos elementos patrimoniais detectados, constata-se que os conhecimentos a seu respeito não foram sobremaneira incrementados, atendendo a que não se revelou possível articular os diversos lanços com materiais arqueológicos contextualizados (Xavier & Barra, 2012, p. 26; p. 29). Não obstante, há que recordar o facto de a “calçada” surgir referida na correspondência que Martins Sarmiento endereçou a Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1901, p. 35) e que, segundo Neves dos Santos, algumas das estruturas habitacionais do sítio figurariam, precisamente, em posição adjacente ao caminho pavimentado, conforme revelado aquando do alargamento da Rua Ponte de Guifões, em 1952¹⁷ (Santos, 1955, p. 26). De qualquer modo, e atendendo à discrepância de apreciações tecidas por Neves dos Santos e, mais recentemente, pela equipa responsável pelo acompanhamento, afigura-se premente questionar a cronologia dos vestígios mencionados. Assim, julgamos que, por um lado, haverá que colocar sérias reservas quanto à possibilidade de os mesmos pertencerem a uma estrutura romana; por outro, que é válido apontar a hipótese de o dispositivo em causa ter passado por diferentes momentos de utilização e reparação no decurso de um tempo lato, que poderá recuar à época medieval¹⁸.

17. Foi precisamente na sequência desse alargamento, com vista à transformação do caminho em estrada municipal (Santos, 1955, p. 18), e da descoberta de alinhamentos de planta rectangular, que Neves dos Santos decidiu empreender trabalhos de escavação na área.

18. A propósito, chamamos a atenção para as considerações avançadas por Mário Barroca: “[...] Para além de permitir um controle do curso navegável do Leça, o Castelo de Guifões esteve também associado à defesa e controle das estruturas salineiras do Leça, documentadas desde o século XI, e da via medieval que por aqui passava, transpondo o rio no sopé do monte, na mediévia Ponte de Guifões [...]” (Barroca, 2017, p. 234).

Resta-nos fazer referência às campanhas que precederam as que actualmente se encontram em curso (e das quais os autores do presente artigo são responsáveis). Iniciadas nos anos 90 e continuadas até 2009-2010¹⁹, incidiram sobre uma área delimitada da vertente nascente do Castro, sensivelmente a meia encosta, e permitiram comprovar a presença de elementos inseríveis em diferentes cronologias, da Idade do Ferro à Alta Idade Média. Não obstante, a análise de materiais, designadamente cerâmicos, denota uma prevalência de elementos datáveis do Baixo Império e Antiguidade Tardia (Varela, 2013: 78-79; Varela, 2015, p. 35). E, em conformidade com o que de seguida explicitaremos, também a realidade com que, presentemente, temos vindo a ser confrontados é, em larga medida, coincidente com este panorama geral.

De resto, e antes de passar à apresentação do Projecto, consideramos pertinente sublinhar o facto de, nos últimos anos, uma série de publicações ter começado a imprimir renovada luz sobre alguns dos conjuntos e materiais recuperados no Castro. Entre elas contam-se as que integram as observações de José Marcelo Pinto a respeito do tesouro monetário do Baixo Império recolhido por Neves dos Santos²⁰ (Pinto, 2004; Pinto, 2005-2007, pp. 73-88; Pinto, 2014, pp. 1-21). Também um relevante acervo de contentores anfóricos (concretamente, de Haltern 70) foi estudado por Rui Morais (Morais, 2013, pp. 101-136); já em colaboração com Adolfo Fernández, o mesmo autor debruçou-se sobre a comumente designada *Terra Sigillata Bracarense Tardia* (Fernández & Morais, 2012). Posteriormente, e em parceria com José Varela, sobre os almofarizes com vidro interior datáveis do Baixo Império e Antiguidade Tardia (Varela & Morais, 2014), anteriormente abordados por Neves dos Santos (Santos, 1963a, pp. 157-166). Comprova-se, portanto, que a tendência para a renovação e/ou aprofundamento das informações a

19. A coordenação da primeira intervenção, que se prolongou até 1999, coube a Joel Cleto e José Varela. Posteriormente, entre 2009 e 2010, as escavações foram retomada pelo Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, em colaboração com a empresa Arqueologia & Património. A responsabilidade foi então partilhada por José Varela, Joel Cleto, Conceição Pires e Jorge Fonseca.

20. Importa ressaltar que em nenhum dos textos que Neves dos Santos produziu acerca do sítio afirma ter recuperado um tesouro monetário. De qualquer modo, promove a publicação de alguns numismas isolados (Pinto, 2014, p. 2).

extrair dos dados dispersos proporcionados pelo sítio vinha já sendo sentida. Neste sentido, o Projecto entretanto iniciado não só preconiza a prossecução dessa mesma orientação como, além do mais, vem contribuir com elementos contextualizados para o apuramento dos conhecimentos em torno do lugar.

3. GUIFARQ – PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE GUIFÕES. APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DOS OBJECTIVOS

Implementado pela primeira vez em Maio de 2016, o projecto GUIFARQ constitui a face visível do protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Câmara Municipal de Matosinhos. Corporizando um Plano de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA) submetido a apreciação junto da DGPC, conjuga uma dupla vertente: o ensino/aprendizagem e a investigação. Com efeito, o Castro de Guifões assume-se, hoje, como espaço de desenvolvimento da componente prática de uma Unidade Curricular (Práticas de Arqueologia de Campo), leccionada ao 3º ano da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de que um dos subscritores é responsável. Em paralelo, e justificada a importância do sítio, o Castro de Guifões configura, simultaneamente, um território a explorar do ponto de vista científico. Na verdade, e pese embora o elenco de importantes figuras que, desde os finais do século XIX o abordaram, na generalidade de modo não sistemático, é inegável que só a partir dos anos noventa as escavações implementadas começaram a reger-se por uma metodologia mais rigorosa e a produzir registos em consonância.

Neste sentido, e considerando a dimensão de uma área de assentamento dotada de notável implantação estratégica, assim como todas as interrogações passíveis de serem colocadas a propósito das suas modalidades de ocupação, considerou-se pertinente “recuperar” o sítio e voltar a trabalhá-lo, no sentido de perceber de que forma foi sendo vivido e utilizado, numa diacronia que se sabe longa, mas acerca da qual escasseiam ainda informações de vulto.

Assim, um dos objetivos primordiais a nortear a realização deste Projecto consiste no aprofundamento dos dados já reunidos, fundamentalmente através da obtenção de novos elementos contextualizados. À escolha da área específica onde iriam ser procu-

radas respostas para as questões que orientaram o novo inquérito, não foi alheia uma especial conjugação de circunstâncias. Uma das ideias inicialmente delineadas levou-nos a considerar as virtualidades de uma intervenção a meia encosta, em continuidade com as previamente efectuadas (Cleto & Varela, 1999, pp. 5-6; Varela, 2015). Todavia, questões laterais, fundamentalmente relacionadas com a propriedade do terreno em causa e subsequente impossibilidade de garantir a autorização dos trabalhos, motivaram a necessidade de redefinir a zona onde intervir. Foi, pois, neste quadro, que começou a ganhar corpo o redireccionamento.

Ora, conforme expresso acima, era sabido que o terreno aplanado situado na base ocidental do Castro, comumente designado como “Campo da Ponte”, se revestia de forte potencial. Alvo de trabalhos implementados por Joaquim Neves dos Santos na sequência de um arroteamento levado a cabo com o objetivo de o converter em área de cultivo, revelara a estrutura rectangular (Santos, 1963a, p. 157) já mencionada, cuja planta viria a ser publicada apenas a título póstumo (Santos, 1995/1996: 22; Varela, 2010, p. 143). Sendo evidente, como já referido, que o registo gráfico, a par dos elementos de interpretação propostos não são isentos de problemas de fundo, não temos dúvidas de que a presença do dispositivo é, em si mesmo, sintomática. Neste sentido, a concretização de uma intervenção no terreno adjacente (Figura 1) foi desde logo entendida como potencialmente promissora, sobretudo para aferir realidades menos estudadas, como as que se prendem com as modalidades de ocupação do sítio até período tardio. Está, pois, por esclarecer se a permanência no povoado se desenrolou de maneira continuada ou, em alternativa, se existirão hiatos passíveis de ser documentados. Em paralelo, também não é claro de que forma se foi processando a transição entre os distintos períodos e quais as estratégias de ocupação associadas a cada um deles. Mas há outras questões igualmente por aferir. O “lugar” ocupado pelo sítio no contexto regional (ou mesmo supra-regional) em que se insere também se encontra por avaliar de modo pleno. E, a fim de compreender o seu posicionamento, haverá que aferir também os modos de exploração económica do território, a par dos padrões de produção e consumo quotidianos, intento que, logicamente, só será exequível à luz de uma aturada análise de materiais, articulada com o rigoroso controle da estratigrafia que os gera.

Há, portanto, uma dinâmica de investigação naturalmente inerente ao Projecto em curso. Mas os seus objectivos espraiam-se igualmente por outros campos. A já indicada vertente de “ensino/aprendizagem” configura um deles e, aliás, fulcral. Conforme sublinhado, o facto de, em cada ano lectivo, os estudantes finalistas da Licenciatura em Arqueologia da FLUP integrarem a equipa que promove escavações arqueológicas no local tem vindo a contribuir para a conversão do Castro de Guifões num espaço privilegiado de contacto com as realidades do trabalho prático. Além do mais, esta componente de campo carrega uma óbvia “missão”: a de, por um lado, complementar a formação teórica já recebida e, por outro, a de contribuir para que os estudantes adoptem boas práticas e respostas metodológicas adequadas às situações com que vierem a confrontar-se noutros contextos, designadamente, o profissional. Em paralelo, há que acrescentar que os novos elementos entretanto identificados (níveis estratigráficos, estruturas e materiais), a par das problemáticas que se começam a perfilar como essenciais ao entendimento do sítio, ficarão disponíveis para o desenvolvimento de outros estudos e trabalhos de investigação, no quadro de diversos ciclos de estudo. O último, mas essencial, grande objetivo a apontar prende-se com o ensejo de, em articulação com as acções implementadas, promover a valorização e salvaguarda do Castro. Sendo evidente que diversos tipos de ameaças e factores de pressão continuam activos, afigura-se fulcral fomentar dinâmicas que concedam visibilidade à história longa do sítio e que, esperamos, possam vir a incrementar o interesse da comunidade a seu respeito.

3.1. Resultados preliminares das primeiras campanhas de escavação

A intervenção realizada em Maio/Junho de 2016, ao longo de quatro semanas, representa o primeiro avanço do Projecto. Pensada para se concretizar sob a forma de uma escavação em área, em concordância com os preceitos definidos por Philip Barker (Barker, 1982, p. 44-45), materializou-se, nessa fase inicial, pela abertura de quatro quadrículas. Os trabalhos de decapagem dos níveis mais recentes, patentes a cota superficial, revelaram intrusões motivadas pela continuada prática agrícola, as quais surgiram plasmadas não apenas na presença de marcas de arado em alguns estratos, como na própria mescla de materiais correlacionados com diversas cronologias

(Arezes & Varela, 2017, p. 23; p. 36). Com efeito, e a título de exemplo, note-se que foram pontualmente recuperados materiais cerâmicos de tradição indígena, especialmente correlacionáveis com a fase final da Idade do Ferro, não apenas em articulação com *Sigillatas* Hispânicas datáveis do último quartel do século I à primeira metade do II, mas também com faianças do período Moderno e materiais contemporâneos (Arezes & Varela, 2017, p. 46-49).

Em paralelo, e corroborando achados prévios, é possível assinalar a abundante presença de fragmentos de ânfora, designadamente de Haltern 70²¹ (Morais, 2013, pp. 101-136), uma produção originária da *Baetica*, mais precisamente, do vale do Guadalquivir. Distribuída um pouco por toda a área ocidental do Império, com uma cronologia que se estende sensivelmente entre os meados do século I a.C. e a primeira metade da centúria subsequente, tem vindo a denotar uma prevalência considerável na faixa noroeste da Península Ibérica (Morais & Carreras Monfort, 2004, p. 93-94). E independentemente de estarmos perante um tipo de contentor utilizado para promover o transporte de vinho (Fabião, 1998, p. 180), de derivados vínicos (caso do *defructum*) ou mesmo de outros produtos nele conservados, caso das azeitonas negras (Carreras Monfort, 2004, p. 119), não há dúvidas de que a sua presença constitui sintoma claro do dinamismo comercial em voga na época. De qualquer modo, convém sublinhar que, sendo evidente que o fulgor desta actividade atinge níveis excepcionais no Alto Império (Morais, 2013, p. 102), as fases subsequentes não ilustram propriamente o seu ocaso (Fabião, 2009, p. 30-32). E na verdade, também no Castro de Guifões persistem, na Antiguidade Tardia, as incidências de ânfora (quantitativamente menos representativas, é certo), a par das de outros materiais importados, mas por seu turno destinados a uma vertente de utilização diferenciada.

Conforme previamente explicitado, a publicação dedicada à cerâmica tardia de Guifões (Almeida & Santos, 1975, pp. 49-56) permitira já documentar a presença de materiais de procedência norte-africana no sítio, com particular incidência na área baixa, bem próxima do curso final do Leça. A primeira campanha levada a cabo ao abrigo do Projecto GUIFARQ

21. As ocorrências mais significativas remetem para a UE [10], um depósito castanho alaranjado, pouco homogéneo, que se espalha em declive pela área oeste da escavação (Arezes & Varela, 2017, p. 16; 29).

no “Campo da Ponte” permitiu corroborar (ainda que pontualmente, mas pelo menos de modo contextualizado) a ocorrência de *Sigillatas* africanas, concretamente, correlacionáveis com o fabrico D. A recolha mais significativa (até porque efectuada num nível selado e destituído de intrusões) surge patenteada nos quatro fragmentos detectados na unidade estratigráfica [19]: uma camada coerente, do ponto de vista artefactual, que se apresentava articulada (encostando a poente) com uma estrutura já debilmente conservada, [20] (Fig. 2) e parcialmente depositada sobre o substrato geológico. Nela sobressaía, além de parte de um prato compatível com a Forma 67.12 (Hayes, 1972, p. 113) e decoração potencialmente correspondente ao tipo 75 q (Hayes, 1972, p. 242-243), um conjunto considerável de cerâmica “comum” e de grandes formas de armazenamento. Com efeito, num universo de 403 fragmentos recuperados, 137 procediam de *dolia*. O que não deixa de ser sintomático é que, conforme verificado macroscopicamente, eram vários os recipientes representados: com pastas mais ou menos depuradas, alguns exibiam superfícies exteriores derruídas; outros, em contrapartida, denotavam bom acabamento e apresentavam-se decoradas por cordões plásticos, nalguns casos providos de impressões digitadas (Arezes & Varela, 2017, p. 24).

Convém ainda explicitar que a forte presença de fragmentos pertencentes a recipientes de armazenamento, provavelmente produzidos localmente (Járrega Dominguez, 2008, p. 61) se encontra atestada sobretudo nos níveis associados aos lanços de estruturas colocados a descoberto na área nascente da escavação. De qualquer modo, há que salvar que a prevalência de materiais cerâmicos exumados recai, inquestionavelmente, sobre cerâmica doméstica especialmente relacionada com usos culinários ou contenção de líquidos. Todavia, não poderíamos deixar de chamar a atenção para o facto de uma parte não despreciada dos fragmentos colocar sérias dificuldades à classificação das formas de procedência, assim como ao apuramento das cronologias finas com que deverão ser correlacionados. Podemos afirmar que o carácter “não diagnóstico” de que padecem decorre de uma combinação de factores: a dimensão reduzida, o excessivo rolamento/desgaste das superfícies e, para culminar, um nível de calcinação elevado (Arezes & Varela, 2017, p. 24). Não obstante, há um conjunto inequivocamente importante de materiais a explorar, e que certa-

mente permitirão aclarar algumas das problemáticas enunciadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha inicial de escavações (secundada, já no presente ano, por nova intervenção, concluída no final de Maio) saldou-se na recolha de um conjunto de dados promissores e que, julgamos, serão aprofundados e complementados não apenas no quadro das escavações futuras, mas também com a prossecução do estudo de materiais já iniciado. Em paralelo, contamos que as amostras de solos destinadas à realização de estudos carpológicos e arqueobotânicos venham a contribuir para uma aferição mais completa dos contextos em análise. Recolhidas com base em procedimentos normalizados e previamente definidos, encontram-se em processo de tratamento pela equipa de arqueobotânicos coordenados pelo investigador João Tereso (Laboratório CIBIO-InBIO – Universidade do Porto). Face ao exposto, consideramos que estão criadas as condições para ir de encontro aos objectivos formulados aquando da delineação do Projecto. Estamos cientes, porém, de que o processo iniciado requer tempo, comprometimento e empenho continuado, e que só a prazo será possível avançar com respostas para o inquérito delineado aquando da sua formulação.

AGRADECIMENTOS

A concretização do Projecto GUIFARQ só se revelou possível devido à conjugação do esforço e da vontade das duas instituições que celebraram os protocolos de colaboração: a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e a Câmara Municipal de Matosinhos (CMM). Há, porém, intervenientes a quem não poderíamos deixar de manifestar o nosso especial agradecimento: ao Professor Doutor Mário Barroca, director de Licenciatura em Arqueologia da FLUP, pelo enorme empenho que colocou nesta empresa; à APDL, por conceder autorização para a execução dos trabalhos em terrenos de que é proprietária; à União das Freguesias de Guifões, Custóias e Leça do Balio, pelo importante apoio logístico, que complementou o concedido pelo município.

Agradecemos ainda aos Professores Doutores Teresa Soeiro e Rui Morais, pelos contributos na análise e classificação dos materiais exumados. À Dra. Conceição Pires, pelo trabalho de acompanhamento

dos estudantes que passaram, em regime de rotatividade, pelo Gabinete de Arqueologia e História da CMM e pela coordenação da recepção e lavagem dos fragmentos cerâmicos recolhidos no campo. Agradecemos também aos consultores científicos envolvidos no Projecto e, como não poderia deixar de ser, à equipa que participou nos trabalhos: os estudantes do 3.º ano da Licenciatura em Arqueologia (ano lectivo 2015-2016).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*. Porto: Trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) – Castelos Medievais do Noroeste de Portugal. *Finis Terrae – Estudos em Lembrança del Professor Alberto Balil*. Santiago de Compostela, p. 372.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975) – Cerâmica Romana, Tardia, de Guifões. *Archaeologica Opuscula*. Porto. 1, pp. 49-56.

AREZES, Andreia; VARELA, José (2017) – *Relatório de progresso anual. GUIFARQ – Projecto de Investigação Arqueológica de Guifões*. Porto: texto policopiado.

BARKER, Philip (1982) – *Techniques of archaeological excavation*. London: Batsford.

BARROCA, Mário Jorge (2017) – Prope litore maris: o sistema defensivo da oral litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII). In AMARAL, Luís C., ed. – *Um poder entre poderes nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto*. Porto: CEHR, Faculdade de Teologia da Universidade Católica, pp. 197-243.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, ed. (2009) – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1753.

CARRERAS MONFORT, Cesar (2004) – Estat de la qüestió sobre els continguts de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, pp. 117-119.

CLETO, Joel; VARELA, José Manuel (1999) – O Castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmento às investigações da actualidade. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume especial. 2, pp. 467-479.

COIMBRA, Fernando Augusto (1999) – A suástica do Castro de Guifões e alguns paralelos europeus. *Matesinus: Revista de Arqueologia, História e Património*. 3. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 106-112.

CORRÊA, António Mendes (1916) – Sôbre alguns objectos proto-históricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 21, pp. 331-337.

CORRÊA, António Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Figueirinhas.

CORRÊA, António Mendes (1928) – A Lusitânia pre-romana. In PERES, Damião, ed. – *História de Portugal*. Porto: Portucalese Editora, pp. 77-214.

FABIÃO, Carlos (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 169-198.

FABIÃO, Carlos (2009) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da casa do governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 4, pp. 25-50.

FELGUEIRAS, Guilherme (1958) – *Monografia de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

FERNÁNDEZ, Adolfo; MORAIS, Rui (2012) – Terra Sigillata Bracarense Tardía (Tsbt). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL CASAOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerâmicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 131-174.

JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R. (2008) – Los estudios de cerámica romana en las zonas litorales de la Península Ibérica: un balance a inicios del siglo XXI. In BERNAL CASAOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerâmicas hispanorromanas. Un estadio de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 49-81.

GOMES, Sérgio (2011) – *O passado, a identidade e as teias de governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista*. Porto: FLUP.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

MORAIS, Rui (2013) – *Durius e Leça: Dois percursos de um mesmo itinerário*. *Portugália*. Porto. Nova Série. 34, pp. 101-136.

MORAIS, Rui; CARRERAS MONFORT, Cesar (2004) – Geografía del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, pp. 93-115.

PEIXOTO, A. Rocha (1907) – Secção Bibliographica. *Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo II. F. 3. Porto: Imprensa Portuguesa, pp. 492a-492s.

- PIMENTA, J. Ramiro (2005) – Geo-historiografia da ‘cultura castreja’ nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 23, pp. 157-170.
- PINTO, José Marcelo M. (2004) – Circulação Monetária em torno de Cale nos finais da época romana. *O Tripeiro*. Porto. Série VII.
- PINTO, José Marcelo M (2005-2007) – Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. *Nummus*. Porto. Série II. 28-30, pp. 7-290.
- PINTO, José Marcelo M (2014) – Circulação monetária e entesouramento no Castro de Guifões (Matosinhos) nos séculos IV e V. *Nummus*. Porto. Série II. 37, pp. 1-21.
- PINTO, Ruy de Serpa (1927) – Introdução à Arqueologia portuguesa. *O Tripeiro*. Porto. Série III. 2.º ano. 26 (146), pp. 24-25.
- SARMENTO, Francisco Martins (1933) – Acêrca das escavações de Sabroso (estudo). *Dispersos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 22-35.
- SANTOS, J. Neves dos (1962) – Altar com covinhas no Castro de Guifões. *Studium Generale*. Porto: Actas do 1º Colóquio Português de Arqueologia, pp. 111-117
- SANTOS, J. Neves dos (1963a) – Coberturas vitrificadas em louça doméstica do castro de Guifões. *Lucerna*. Porto. 3, pp. 157-166.
- SANTOS, J. Neves dos (1963b) – Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do Castro de Guifões. *Lucerna*. Porto. 3, pp. 136-156.
- SANTOS, J. Neves dos (1995/1996) – Sobre uma sítula do Castro de Guifões. *Matesinus*. Matosinhos. 1/2, pp. 20-22.
- SILVA, Armando C. Ferreira da (2007) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- VARELA, José (2010) – Monte Castelo (Guifões, Matosinhos). In *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça, Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 108-110 e 142-145.
- VARELA, José (2013) – O Sítio do Monte Castelo (Guifões, Matosinhos), o Rio Leça e as Navegações na Antiguidade. *al-Madan*. Almada. Série II. 18, pp. 75-81.
- VARELA, José (2015) – *Intervenção Arqueológica. Monte Castelo – Castro de Guifões (Matosinhos 2009-2010)*. Relatório policopiado.
- VARELA, José; MORAIS, Rui (2014) – Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castelo (Guifões – Matosinhos). In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M.J., eds. – *As Produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto e Madrid: FLUP e SECAH, pp. 407-415.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1898) – O “Castelo” de Guifões. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 4, pp. 270-272. (1901)– Extractos da correspondência enviada por F. Martins Sarmento a Leite de Vasconcelos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série I. 6, pp. 30-48.
- XAVIER, Bárbara; BARRA, Joana (2012) – *Empreitada de concepção, projecto e construção das infra-estruturas necessárias à execução do plano de investimentos da Indaqua – Matosinhos. Relatório final*. Texto policopiado.

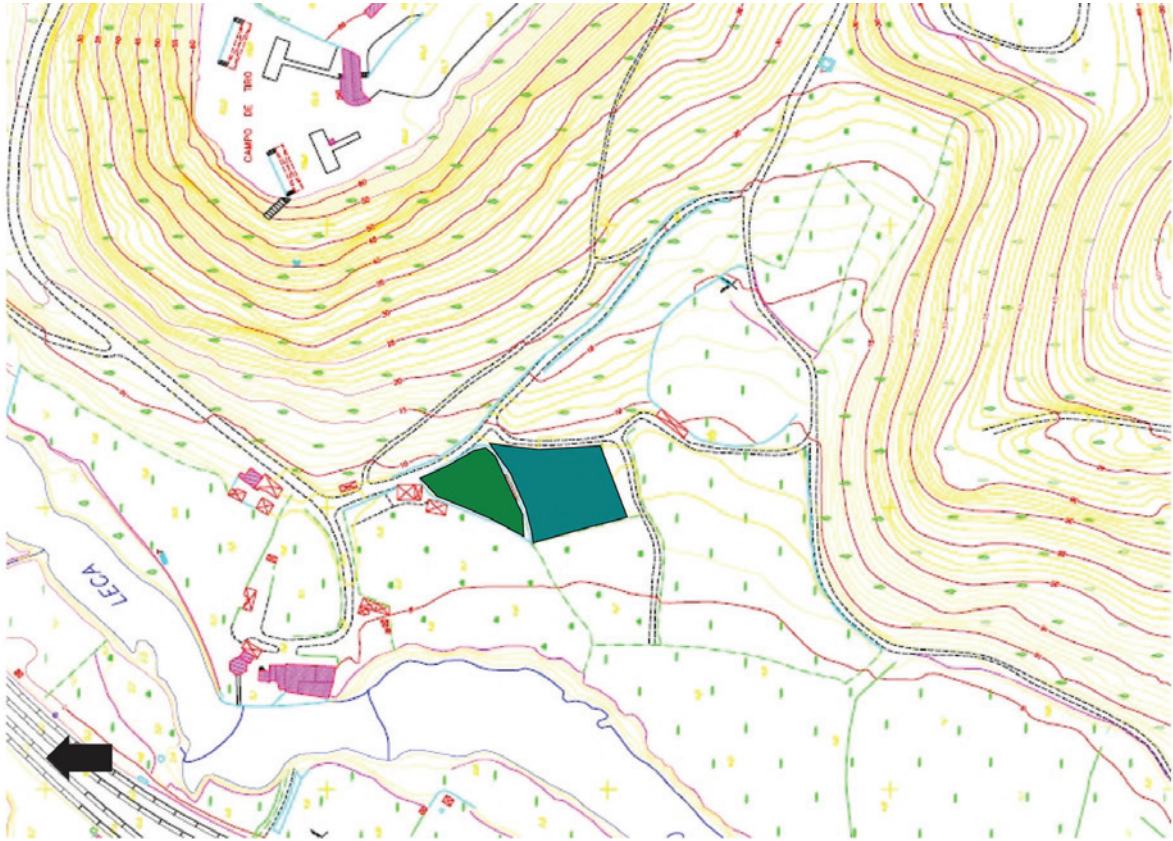


Figura 1 – Planta de localização (escala 1:2000). A verde, indica-se a zona intervencionada por Joaquim Neves dos Santos em 1961-62. A azul, o terreno contíguo (propriedade da APDL), espaço de intervenção do Projeto GUIFARQ, iniciado em 2016.

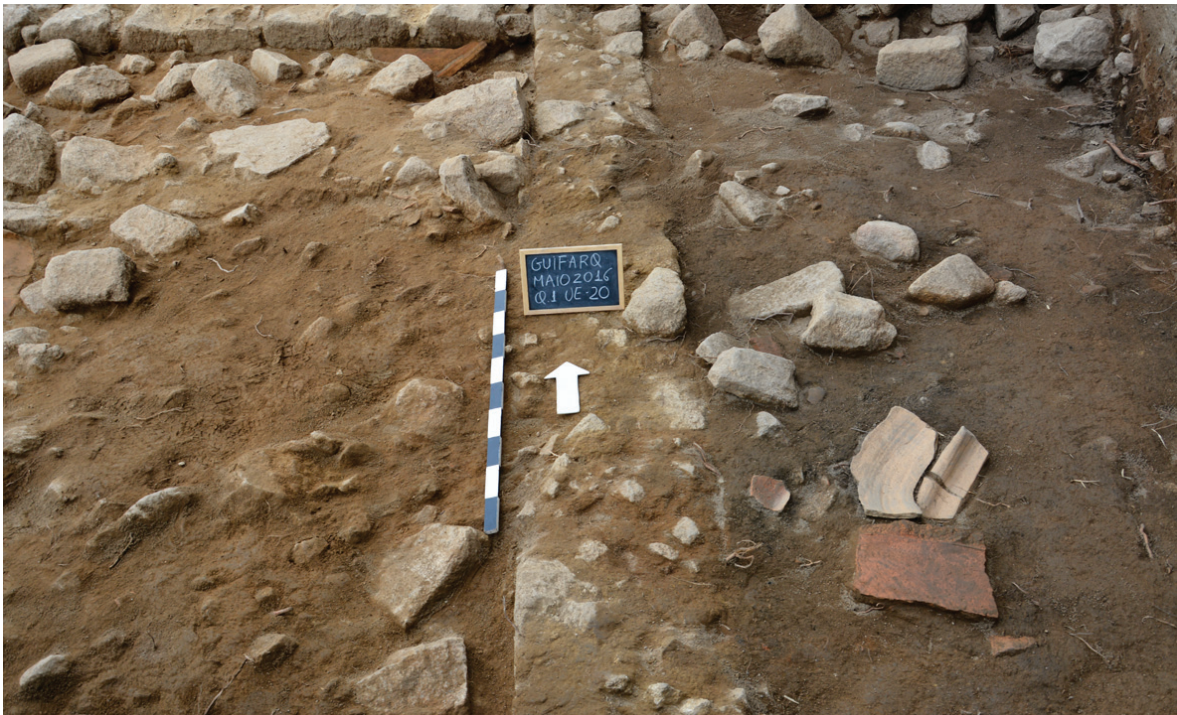


Figura 2 – Pormenor da área nascente da escavação. A leste do dispositivo pétreo [20] é observável a unidade estratigráfica [21]; a oeste, a [19], pautada pela significativa ocorrência de materiais de armazenamento datáveis da Antiguidade Tardia.



Patrocinador oficial